



MARIALVA

Com projeto aprovado, estoque de medicamentos volta a ser regularizado na farmácia municipal

26 de julho de 2017

Data	Fonte	Crédito da Imagem
26 de julho de 2017	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva com informações da Assessoria de Comunicação da Prefeitura.	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

O abastecimento de medicamentos da farmácia municipal está gradativamente voltando ao normal. Nos últimos meses o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, que compra os medicamentos para todas as cidades do Paraná, atrasou o repasse para as farmácias, por isso houve a falta de alguns remédios. O secretário municipal de Saúde, José Orlando Villa explica que desde que foi criado o consórcio, em 1999, nunca houve um atraso tão longo.

Para não atrasar ainda mais a entrega dos medicamentos os vereadores tiveram que marcar sessão extraordinária, durante o recesso parlamentar, para votar o Projeto de Lei (40/2016), que autoriza o Poder Executivo a celebrar o convênio, no valor de R\$ 400 mil, com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde. O projeto foi aprovado por unanimidade e em regime de urgência na última segunda-feira (24) e levantou a discussão sobre possíveis alterações na Lei Orgânica Municipal (LOM) para evitar projetos similares futuramente.

É preciso autorizar?

“Conforme o tempo vai passando, a legislação precisa se adequar as novas realidades. Eu acredito que este deve ser um dos últimos projetos que chegam nesta casa com o termo “autoriza o Executivo a”. O Tribunal de Contas entende que a Câmara tem o poder fiscalizador. O ideal seria que Prefeito a partir do momento que assinasse o contrato, ele encaminhasse para a Câmara um comunicado informando para os vereadores o que foi firmado e, aí sim, nós realizaríamos nosso trabalho de fiscalização. Isso é interessante porque agiliza o processo. Não tem sentido fiscalizarmos um contrato autorizado por nós mesmos”, considera o vereador Wesley Araújo (PR).

Xuxa (PMDB) também é favorável a uma mudança e diz que “para isso acontecer é preciso mudar a redação da Lei Orgânica do Município. O prefeito tem voz, ele executa. Ele teve a prévia autorização no dia em que foi eleito. Nosso papel é fiscalizar, não autorizar”.

Jefferson Garbbúgio (PT) acredita que retirar esta atribuição do Legislação é um “um passo para trás”. “Por exemplo, antigamente, a Câmara autorizava a abertura de loteamentos. De certo momento para a frente, isso passou a ser só função do Executivo e, hoje, nos deparamos com vários problemas de loteamentos. É no momento que o projeto de autorização chega na Casa, que o vereador tem a oportunidade de inserir emendas que melhorem a matéria. Não podemos dar muita autonomia para o Executivo. A Câmara tem que ter mais participação nas decisões”, avalia.

Gradual

Aproximadamente 170 medicamentos são adquiridos através do Consórcio Intergestores Paraná Saúde e distribuídos pela 15ª Regional. Segundo o secretário municipal de Saúde, José Orlando Villa, nesta próxima quinta (3) chegará o Paracetamol, a Cinvastatina e as seringas.

O medicamento utilizado para o tratamento de hipertensão Losartana, segundo o consórcio, não tem previsão de chegar. Aqueles que precisarem desse remédio podem retirá-lo gratuitamente nas farmácias particulares conveniadas ao programa Farmácia Popular. Basta ir até o estabelecimento com a receita e o CPF.